

QUANDO MENOS É MAIS: POLÍTICA EDITORIAL E O FETICHISMO DOS NÚMEROS

“A vida acadêmica é um chamado, não um emprego. Daí a propensão das necessidades acadêmicas a se orientar para um mundo diferente daquele dominado pelo relógio de ponto”.

Lindsay Waters

A política científica brasileira tem se notabilizado internacionalmente pelos seus resultados. Num período de 10 anos, o país registrou taxa acumulada de crescimento na faixa dos 133%, ficando atrás apenas da China no ritmo de aceleração da produção científica (SALOMON, 2008). O país atingiu em 2008 a décima terceira posição no ranking mundial de produção científica, quando os pesquisadores do país publicaram 26.482 artigos em periódicos indexados pelo Thomson Reuter's Science Citation Index (CRUZ; CHAIMOVICH, 2010, p. 33). Esses e outros índices análogos, como se sabe e se vê, são estabelecidos a partir do número de artigos publicados em periódicos “internacionais”. Em larga medida, tudo isso é produto do estímulo governamental à produção intelectual, cujo parâmetro concentra-se, fundamentalmente, nas avaliações de caráter quantitativo.

Publish or perish é hoje o famoso jargão que resume esse estado de coisas, situação não exclusiva do Brasil. Pesquisadores se sentem pressionados a divulgar suas pesquisas no menor tempo possível. Assim, precipitam-se artigos, apresentam-se resultados de uma mesma pesquisa em inúmeras e pequenas unidades parciais (a chamada “publicação salame”, salami publishing). Multiplicam-se, também, condutas antiéticas em ambientes de pesquisa, como a falsa autoria, o “escambo autoral”, o “citacionismo”, o plágio, a fraude.

De maneira talvez mais grave, banaliza-se a influência de uma determinada publicação para a sociedade ou mesmo para a comunidade científica. Os mesmos resultados, as mesmas conclusões, as mesmas reflexões com pequenas mudanças superficiais são apresentadas repetidamente em diferentes periódicos. Tal procedimento é realizado a fim apenas de se aumentar fantasiosamente o número de artigos publicados, fabricando currículos, assim como também impressionando os pares com o reforço numérico do sempre igual. Aparentar desenvolvi-

mento através de números inflacionados tornou-se uma espécie de efeito colateral do sistema.

Lindsay Waters (2006), em reflexão sobre o significado geral e mais profundo da publicação científica, afirmou que o incentivo infinito ao número e a quantidade de publicações constituiu-se como produto direto de uma mudança estrutural pela qual passaram as universidades e os centros de pesquisa a partir de um dado momento. Nomeadamente, Waters refere-se a subordinação das prerrogativas características à criação intelectual aos princípios de organização burocrática e controle administrativo, para quem aquilo que não pode ser contado, mensurado e contabilizado não existe. A lógica racional da administração burocrática, totalmente diferente das necessidades e concepções tipicamente acadêmicas, assim como das sociais, impõe a necessidade de simplificação e padronização.

O Institute for Scientific Information (ISI), que se apresenta como a mais importante e influente base de dados para pesquisa em todo o mundo, talvez seja um bom exemplo para ilustrar o assunto. Um dos fundamentos da base ISI é a lei de Bradford. Reconhecida por este nome, pois desde os meados da década de 1930, Bradford vinha registrando que os principais trabalhos científicos de qualquer disciplina concentravam-se sempre dentro de um número reduzido de periódicos. Pouco depois, tal conclusão foi sintetizada e sistematizada por ele mesmo no que hoje é a lei que recebe o seu nome (PINHEIRO, 1983). Mesmo com diferenças entre as disciplinas, poder-se-ia cruzar assuntos, títulos e especialidades, de modo a dissipar o “caos documentário” dos índices e resumos e estabelecer um núcleo essencial de revistas, que formariam então a base principal de toda a literatura científica disponível. Levantamentos a partir desse princípio geral apontaram que aproximadamente 150 revistas respondem por metade do que é citado e 25% do que é publicado. Assim, duas mil revistas abrangem 85% dos artigos publicados e 95% dos artigos citados (TESTA, 1998).

De acordo com o raciocínio implícito no argumento, esses seriam os motivos pelos quais uma base de dados formada por esses periódicos, como é o caso do ISI, pode e deve ser tomada como a mais importante e influente do mundo. Todavia, um conjunto de outros fatores intervém na determinação dessas coleções. Primeiro, de maneira mais óbvia, o tamanho da comunidade de pesquisadores e o próprio volume de produção científica decorrente daí. Mais de 70% da produção cien-



tífica mundial é realizada nos Estados Unidos, Comunidade Europeia e Japão (CASTIEL, SANZ-VALERO, MEL, 2007, p. 3.041). Um maior número de atores, com maior disponibilidade de recursos, tem mais condições de se fazer visível. Os recursos disponíveis, aliás, isoladamente, são outro fator envolvido nesse processo. De acordo com dados apresentados por Renato Ortiz (2004, p. 17), no Social Sciences Citation Index (SSCI), trabalhos oriundos de países de alta renda representam 97% de todos os trabalhos disponíveis nessa fonte, ao passo que trabalhos oriundos de países de renda média representam 2,3%, e os de baixa renda apenas 0,7%. Concomitantemente, o inglês representa 79% de todos os trabalhos dessa mesma base de dados.

Para se fazer conhecer, portanto, é preciso, antes de tudo, exprimir-se de acordo com um conjunto de condições pré-determinadas, ainda que implícitas. Assim, a aplicação de princípios bibliométricos, sejam eles quais forem, sofre a influência de inúmeras variáveis: desde o padrão de citação até o tipo de material bibliográfico considerado, passando pela política editorial do periódico, seu sistema de avaliação, bem como a economia política do campo científico, que pode dizer respeito tanto a geopolítica internacional como um todo, quanto a barreiras linguísticas, de maneira mais particular. Comunicar-se no idioma “adequado”, por exemplo, é condição *sine qua non* para a capacidade de penetrabilidade de um dado produto científico. Por adequado, nesse caso, entende-se não o idioma mais propício à comunicação, pois todas as línguas podem comunicar conceitos da experiência humana, mas sim aquele que detém uma posição privilegiada dentro de uma estrutura de poder e de correlação de forças. Assim, conclui Ortiz (2004, p. 17), “o corpus literário, funcionando como padrão de referência, é legitimado mundialmente somente quando disponível em inglês”. Ainda nas suas palavras:

As bases de dados, apesar de serem consideradas por muitos como representativas da produção científica, na verdade formam uma projeção distorcida do que realmente acontece. Grande parte do que é produzido é simplesmente ignorado pelo fato de não estar formalizado e formatado em informação imediatamente disponível, ou seja, compreensível para um conjunto amplo de pessoas [...] Bases de dados não armazenam apenas informações, tornando-se também artefatos de prestígio. Algumas têm mais legitimidade do que outras. Este é o ponto cen-

tral. O inglês, em sua presença quantitativa, se insinua pouco a pouco como uma hegemonia qualitativa (ORTIZ, 2004, p. 13-17).

Além da nacionalidade da instituição onde se produz um artigo, da disponibilidade orçamentária, das condições gerais de trabalho, da língua em que se pensa e que se escreve, das concepções de ciência, até mesmo o tema pode interferir no destino de um artigo. Discutindo as relações da saúde pública com as bases bibliográficas “internacionais”, Carlos Coimbra Jr. (1999, p. 887) destacou como certos assuntos podem gerar mais interesses do que outros, favorecendo ou dificultando sua publicação e conseqüente citação em periódicos e bases de dados internacionais. Segundo ele, “um estudo sobre doença de Chagas jamais poderia vir a se tornar um hot paper do ISI, pois, simplesmente, trata-se de uma endemia que, essencialmente, diz respeito à América Latina e cujo estudo não está na pauta de prioridades de investigação dos centros europeus ou norte-americanos”. Uma vez que os centros de pesquisa da Europa, dos Estados Unidos e mais recentemente da China, tem participação na produção científica mundial muito maior que os demais países, estar de acordo com suas agendas de discussões e interesses temáticos é fundamental para o sucesso de um artigo nos rankings de citação.

Tal é a força desses rankings que se sobrepõem, inclusive, as necessidades sociais e a lógica acadêmica de países que não esses mencionados, constituindo políticas públicas para auferir melhores índices na cienciometria. O anúncio de que o Ministério da Educação estaria realizando estudos e um conjunto de medidas de forma a potencializar a participação das Universidades Federais e pesquisadores brasileiros nesses rankings, mais do que o conhecimento produzido, a valorização do impacto e repercussão nesses indicadores, parece mais uma demonstração desse fetichismo dos números (MEC, 2011).

Embora os indexadores e bases de dados se apresentem por intermédio da pressuposição de um sistema de referência único e universal, eles representam, na prática, algo totalmente dependente dos critérios através dos quais eles próprios se selecionam e se retroalimentam. Avaliações, de modo geral, sempre implicam a eleição de valores, a mobilização de julgamentos subjetivos, além do estabelecimento de critérios – contingentes, arbitrários e relativos. A legitimidade dos critérios legítimos, todavia, reside, em larga medida, justamente na sua

capacidade de ocultar os mecanismos através dos quais a própria legitimação se exerce e se reproduz (BOURDIEU, 2004). O que não passa de um ponto de vista particular, é tomado como uma representação estreitamente objetiva do objeto em questão. É esse o caso dos indexadores.

Os indexadores, em outras palavras, a despeito disso tudo, apresentam-se como indicadores objetivos da atividade e mesmo da racionalidade científica. Conforme anotou Amilcar Davyt e Léa Velho (2000, p. 07), “nas bases de dados internacionais, tem se gerado o que se pode denominar uma reificação de um sistema universal de avaliação da qualidade científica”. A reificação desse sistema, ainda segundo eles, despreza as “diferenças significativas na organização, no sistema de comunicação e no comportamento dos cientistas das diferentes áreas do conhecimento, de diferentes países, e de naturezas diferentes da pesquisa básica ou aplicada”. Em suma:

ainda que as publicações seriadas sejam medidas válidas apenas para algumas áreas científicas, em particular as “básicas” e entre elas as “duras”, os indicadores derivados delas tendem a ser usados nas considerações de política científica no mundo todo. Assim, é lugar-comum assimilar a excelência científica ao reconhecimento e prestígio acadêmicos internacionais, ao impacto na comunidade científica mundial, medidos através destes instrumentos [...] qualifica-se a ciência marginal à produção mainstream como não excelente, quase por definição (DAVYT; VELHO, 2000, p. 8)

Mais do que um simples critério de avaliação, esses indicadores tornaram-se mesmo um mecanismo de validação das competências científicas. Tudo se passa como se os seus critérios fossem inquestionáveis e como se um grande número de publicações equivalesse, necessariamente, a inovação e a originalidade científica: verdadeira pedra de toque do desenvolvimento científico desde sempre. No limite, o desafios (de pesquisadores e/ou de editores) resumem-se a apurar a adequação do trabalho científico às regras dos indexadores “internacionais”: periodicidade; pontualidade; endereço dos autores; títulos de artigos e de resumos em inglês com palavras-chave e inteiramente descritivos e comunicativos; dados bibliográficos completos – onde “referências na língua inglesa também são recomendadas”, conforme

aconselhava James Testa (1998, p. 234), gerente do departamento editorial do ISI. Ou melhor, a questão resume-se a apurar a adequação do trabalho científico às regras de determinados indexadores, pois não estamos nos referindo ao *Philosopher's index*, por exemplo, que não realiza estatísticas de citações para quantificar o impacto dos periódicos, tal como o faz, por exemplo, o *Journal Citation Reports (JCR)* do ISI. Mas “quem indexa os indexadores”? (CASTIEL, SANZ-VALERO, MEL, 2007, p. 3.047); “quem será o juiz da legitimidade dos juizes”? (BOURDIEU, 2008, p. 273).

Toda essa dinâmica tem desempenhado efeitos nocivos para o desenvolvimento científico. A “obsolescência teórica”, digamos assim, é apenas um dos mais visíveis. A produção científica parece estar se tornando banalizada, “rotineira” como registrou certa vez o editor Antônio Agenor Briquet de Lemos (2005, p. 07). Para ele, compartilhando a opinião de muitos outros atores do campo científico, “talvez um dos grandes responsáveis por essas situações seja o processo de avaliação de desempenho que valoriza a quantidade de trabalhos publicados”. Quer dizer que embora as publicações sejam cada vez mais numerosas, elas são também cada vez menos relevantes e perenes. Nós mesmos já abordamos o assunto em outro editorial (c.f. DIAS, SILVA, LAZZAROTTI FILHO, 2010). Pesquisadores vivem a sensação de não haver mais diálogo ou interlocução – condição indispensável para o progresso de qualquer campo científico. Pode-se questionar, seguindo nessa lógica enunciada, a permanência ou o conceito subjacente de comunidade acadêmica, dado que o diálogo parece se mostrar em declínio.

Parece haver, de fato, uma relação entre o aumento da produtividade científica e a diminuição do significado do trabalho científico, embora seja equivocado estabelecer uma relação inversamente proporcional entre a quantidade de publicações e a relevância científica delas. Publicar muito não significa, necessariamente, irrelevância acadêmica ou redundância teórica, ainda que em muitos casos, de fato, às vezes menos é mais. De acordo com Lindsay Waters (2006, p. 14), “métodos modernos e altamente sofisticados de contabilidade foram utilizados para computar o trabalho da comunidade de estudiosos, e está ocorrendo, como consequência, o inesperado esvaziamento do trabalho da academia”. A burocratização e mecanização da universidade, acompanhadas pela redução da realização científica a um problema de contabilidade tende a gerar, segundo ele, “falsas realizações

da academia representadas por montanhas de publicações que ninguém aprecia, nem lê” (p. 13-14).

De certo modo, parte considerável do ambiente de trabalho científico opera agora sob o pressuposto tácito de que as publicações são, de todo modo e de maneira geral, redundantes e sem muito significado: algo do qual todos os cientistas podem em alguma medida prescindir, justamente porque sabem como funciona os mecanismos e os bastidores do universo das publicações, na medida mesmo em que são partícipes desse universo. Colegas de departamento, afinal, aconselham-se reciprocamente a não se preocuparem em excesso com a “qualidade” ou com a “profundidade teórica”. Para evitar a “perda de tempo”, apressam-se as publicações, pois importa, no fim, a publicação em si mesma, bem como os pontos para o credenciamento nos programas de pós-graduação. Apenas periféricamente encontra-se motivação na elaboração e apresentação de trabalhos consistentes e capazes de fomentar novas reflexões.

Entretanto, para o bem ou para mal, a dinâmica não é um moto continuum, mas sim uma “caixa-preta”, para usarmos a mesma metáfora sugerida por Bruno Latour (2000, p. 14): “a expressão caixa-preta é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, senão o que nela entra e o que dela sai”. Nesse sentido, sem precisar saber o que se passa com nosso próprio trabalho, a não ser o que temos que fazer e o quanto temos que fazê-lo, é a cumplicidade dos pesquisadores e editores, aderindo, como por inércia, aos valores implícitos nessa dinâmica o elemento fundamental para a sua manutenção. Em rodas informais de conversa, nos intervalos dos congressos ou nas cafeterias universitárias, tem sido comum o apelo a produtividade de um pesquisador como critério de outorga de prestígio e notoriedade. Mesmo que eventualmente não se conheça a produção produzida por um pesquisador produtivo, o simples fato de fazê-lo em grandes quantidades parece atestar sua reputação de pesquisador de excelência. “Produtivo” ou “produtiva” tornou-se assim sinônimo de elogio intelectual. A forma de auferir excelência científica parece reduzida a assimilação da capacidade do pesquisador em conformar o próprio trabalho aos critérios dos indicadores quantitativos, que são apenas uma forma particular de conceber a ciência e o trabalho científico, entre muitas outras possíveis, pois o grau de consenso a respeito dos padrões de conhecimento



adequado admite consideráveis divergências a respeito do que é ou deve ser “boa ciência”. Urge, ao menos, refletir criticamente acerca da caixa preta da produtividade que se impõe ao cotidiano acadêmico.

Tudo isso reverbera intensamente na editoria dos periódicos, os quais se vêm pressionados duplamente. De um lado, a crescente demanda gerada pelos pesquisadores, ansiosos por aumentar suas produções em termos dos números de artigos publicados; de outro, as exigências numéricas dos indexadores mais prestigiados, cuja inclusão em suas bases de dados aumenta a capacidade dos periódicos em atrair os estudos e artigos mais qualificados, numa espécie de círculo vicioso.

Continuar ampliando essa discussão sobre o assunto, aprofundando-a o mais possível é provavelmente uma boa maneira de começar a aplicar a criticidade própria à atividade científica na reflexão dos rumos do próprio trabalho científico. No caso da Educação Física, particularmente, o convívio ora mais, ora menos conflituoso entre diferentes formas de se produzir conhecimento é provavelmente um dos pontos nodais desse debate, como já tem apontado autores e editores de importantes periódicos deste campo (a título de exemplo, ver RODRIGUES, 2007; 2010; VAZ; TABORDA DE OLIVEIRA, 2010). Que critérios de mérito poderão contemplar a grande diversidade no interior desse campo? Dito de outro modo, como avaliar a pesquisa, os pesquisadores e os canais de vinculação das suas produções?

Da nossa parte, supondo de maneira razoável que a missão editorial de um periódico deve ser o de torná-lo importante para a comunidade científica ao qual ele está ligado, temos nos esforçado, como já destacamos outras vezes, em elevar a qualidade geral da *Pensar a Prática*, potencializando sua capacidade de contribuição efetiva para os debates da Educação Física brasileira – o que não se resume apenas ao número de artigos publicados, embora esse possa ser também um indicativo. O fazemos basicamente através de duas estratégias: tentando ampliar nossa base de indexação – às vezes por inércia, às vezes por convicção, às vezes por necessidade, às vezes por vontade própria – além de continuarmos desdobrando experiências para o contínuo aprimoramento do processo editorial em si mesmo. Com efeito, pequenas mudanças como a formulação de novas diretrizes aos consultores ad-hoc, apresentando-lhes de maneira mais clara e sucinta as perguntas que devem orientar a avaliação de um manuscrito, pode, quem sabe, colaborar nesse tão desejado aumento da qualidade dos artigos publi-

cados. Em 2010, foram 220 manuscritos submetidos à avaliação, dos quais 48 foram aceitos para publicação, encerrando o ano, contando-se algumas submissões avaliadas no ano anterior e algumas outras postergadas para o ano posterior, com 39 trabalhos publicados nos três fascículos do período; número abaixo do “desejável” – na linguagem naturalizada pelos indexadores –, mas totalmente de acordo com as expectativas e metas da nossa própria política editorial, apoiada pela comunidade, a julgar pelo crescente volume de submissões que temos recebido.

Cleber Dias
Ana Márcia Silva

Editores

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

CASTIEL, Luis David; SANZ-VALERO, Javier; MEL, Red. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol., 23, n. 12, p. 3041-2050, dez. 2007.

COIMBRA Jr., Carlos E. A. Produção científica em saúde pública e as bases bibliográficas internacionais. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol., 15, n. 4, p. 883-888, out. / dez. 1999.

CRUZ, Carlos Henrique de Brito; CHAIMOVICH, Hernan. Brasil. In: UNESCO. **Relatório Unesco sobre ciência 2010: o atual estado da ciência em torno do mundo**. Brasília: Unesco, 2010, p. 33-51. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001898/189883por.pdf>

DAVYT, Amilcar; VELHO, Léa. A avaliação da ciência e a revisão por pa-

res: passado e presente. Como será o futuro? **História, ciência, saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 1, p. 93-116, mar. / jun. 2000.

DIAS, Cleber; SILVA, Ana Márcia; LAZZAROTTI FILHO, Ari. Sentidos e significados para o exercício da vocação científica. **Pensar a Prática**, Goiânia, vol. 13, n. 1, p. 1-3, jan. / abr. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/viewFile/9899/6764>

LATOURE, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Publicar e perecer. **Ciência da Informação**, Brasília, vol. 34, n. 2, p. 7-8, 2005.

MEC faz planos para ajudar país a subir em rankings. **JC e-mail**, 4236, 12 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=77107>

ORTIZ, Renato. As ciências sociais e o inglês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol., 19, n. 54, p. 5-22, fev. 2004.

PINHEIRO, Lena V. P. Lei de Bradford: uma reformulação conceitual. **Ciência da informação**, Brasília, vol. 12, n. 2, p. 59-80, jul. / dez. 1983.

RODRIGUES, Luis O. C. Publicar mais, ou melhor? O tamanduá olímpico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Campinas, vol. 29, n. 1, p. 35-48, 2007.

RODRIGUES, Luis O. C. O tamanduá olímpico a caminho da obesidade científica. **Revista Médica de Minas Gerais**, vol. 20, n. 3, p. 375-379, 2010.

SALOMON, Marta. Produção científica cresce 133% em 10 anos no país. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 de julho de 2008.

TESTA, James. A base de dados ISI e seu processo de seleção de revistas. **Ciência da informação**, Brasília, vol. 27, n. 2, p. 233-235, maio / ago. 1998.

VAZ, Alexandre F.; TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus A. Os períodos e

suas políticas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, vol. 31, n. 3, p. 7-9, maio 2010.

WATERS, Lindsay. **Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.